



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

EDITAL DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA - SRP N.º 18/2019
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item

PROCESSO N.º: **23521.001182/2019-71**

CADASTRO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS A PARTIR DA PUBLICAÇÃO DO EDITAL NO D.O.U. NO DIA **30/09/2019**

DATA SESSÃO PÚBLICA: **11/10/2019**

HORÁRIO SESSÃO PÚBLICA: **08h33min (Horário de Brasília)**

LOCAL: www.comprasgovernamentais.gov.br/

UASG: 155011

A **Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, filial Hospital Universitário do Triângulo Mineiro**, sediado na Avenida Getúlio Guaritá, 130 - Nossa Sra. da Abadia, Uberaba/MG, 38025-440, CNPJ 15.126.437/0005-77, UG-155011, na pessoa do Agente de Licitação designado pela **Portaria** constante dos autos, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicado realizará **LICITAÇÃO** cujo **CRITÉRIO DE JULGAMENTO** será o **MENOR PREÇO POR ITEM**, conforme descrito neste Edital e seus Anexos, os quais foram examinados pela Consultoria Jurídica, conforme **PARECER** contido nos autos deste Processo Administrativo. Este procedimento licitatório obedecerá ao disposto no **Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh**, na **Lei n.º 13.303**, de 30 de junho de 2016, no **Decreto n.º 8.945**, de 27 de dezembro de 2016, no **Decreto n.º 7.746**, de 05 de junho de 2012, na **Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 2**, de 11 de outubro de 2010, na **Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 5**, de 27 de Junho de 2014, na **Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 02**, de 16 de Setembro de 2009, na **Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01**, de 19 de Janeiro de 2010, na **Lei Complementar n.º 123**, de 14 de dezembro de 2006, no **Decreto n.º 8.538**, de 06 de outubro de 2015 e as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **aquisição de medicamentos "Injetáveis I", para abastecimento do Setor de Farmácia Hospitalar atendendo as necessidades do HC/UFTM**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. Caso haja discordância entre o descritivo dos itens no edital e no Portal de Compras do Governo Federal, prevalecerá o descritivo constante no Edital e seus anexos.

1.3. Conforme art. 48 §3º do RLC/Ebserh, para efeito de julgamento, não serão consideradas vantagens não previstas no instrumento convocatório.

2. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS



2.1. A ata de registro de preços, durante sua validade, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade responsável pela execução das atividades contempladas no art. 1º da Lei nº 13.303/2016, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2013.

2.1.1. As aquisições ou as contratações adicionais de que trata este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

2.1.2. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

2.2. Ao órgão não participante que aderir à ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação as suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

2.3. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de validade da Ata de Registro de Preços.

2.3.1. Caberá ao órgão gerenciador autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo para efetivação da contratação, respeitado o prazo de vigência da ata, desde que solicitada pelo órgão não participante.

2.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

2.5. Para solicitar adesão a Ata o órgão interessado deve encaminhar pedido formal, via portal compras governamentais no seguinte endereço:
<https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp> > **módulo gestão de atas.**

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados nas licitações realizadas pela Rede Ebserh, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio www.comprasnet.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.



3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica na responsabilidade legal do licitante e na presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a licitação na forma eletrônica.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

4. DA PARTICIPAÇÃO

4.1. Poderão participar desta Licitação os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os licitantes:

4.3.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. Estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.3. Cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto desta Licitação;

4.3.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 19 e parágrafo único do Regulamento de Licitações e Contratos – Ebserh;

4.3.5. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. Entidades empresariais que estejam reunidos em consórcio;

4.3.7. Integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto de demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.

4.4. Como condição para participação nesta Licitação, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

4.4.1.1. nos itens exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame exclusivamente em relação àqueles assinalados

4.4.1.2. nos itens não exclusivos, a assinalação do campo “não” , apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.4.2. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;

4.4.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

4.4.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.4.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

4.4.7. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

5.6. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, de todos os campos necessários e obrigatórios para o exame de forma objetiva da sua real adequação e exequibilidade, tais como:

5.6.1. valor unitário;



5.6.2. a quantidade total de unidades, observada a quantidade mínima fixada no Termo de Referência para cada item;

5.6.2.1. em não havendo quantidade mínima fixada, deverá ser cotada a quantidade total prevista para o item.

5.7. O envio eletrônico da proposta corresponde à declaração, por parte do Licitante, que cumpre plenamente os requisitos definidos para habilitação, bem como de que está ciente e concorda com todas as condições contidas neste edital e seus anexos.

5.8. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

5.9. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico e qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse edital.

5.9.1. Em nenhuma proposta, em sua descrição complementar/detalhada poderá constar de elementos/informações que possam identificar o licitante.

5.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias correntes, a contar da data de sua apresentação.

5.11. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

5.12. O CNPJ da proponente para efeito de emissão das notas fiscais e posterior pagamento, deverá ser o mesmo utilizado na proposta para participação no processo licitatório.

5.13. Para elaboração e envio das propostas também deverão ser observadas as exigências contidas no Termo de Referência sob pena de desclassificação do Licitante.

6. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Critério de julgamento adotado será o MENOR PREÇO POR ITEM, conforme definido neste Edital e seus anexos.

6.3. O Agente de Licitação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.3.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Licitação e os licitantes.



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

6.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento, do valor consignado no registro e do respectivo horário de envio do lance.

6.6.1. O lance deverá ser ofertado pelo VALOR UNITÁRIO.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, não sendo aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.9. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.10. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Agente de Licitação e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.11. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.12. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da Licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

6.12.1. Caso o licitante – ao enviar seu lance – cometa qualquer tipo de erro, deverá informá-lo imediatamente por meio do endereço eletrônico: licitacao.hctm@ebserh.gov.br.

6.13. No caso de desconexão com o Agente de Licitação, no decorrer da etapa competitiva da Licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.13.1. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão da Licitação será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Agente de Licitação aos participantes.

6.14. A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do Agente de Licitação, quando será emitido aos licitantes pelo sistema eletrônico, aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado, também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.15. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.16. Em relação aos itens não exclusivos a microempresas, empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.17. Caso a melhor oferta válida tenha sido apresentada por empresa de maior porte, as propostas de pessoas qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que se



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19. Caso a microempresa e empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.19.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

6.20. Ao presente certame não se aplica o sorteio como critério de desempate. Lances equivalentes não serão considerados iguais, vez que a ordem de apresentação das propostas pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação.

6.21. Após o fechamento da etapa de lances, concedido o benefício às microempresas e empresas de pequeno porte de que trata o art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, o Agente de Licitação deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento, bem assim decidir sobre sua aceitação.

6.22. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Licitação poderá solicitar que sejam sanados erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.23. O Agente de Licitação poderá anunciar o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão publicada, quando deverá ser realizada a fase de negociação e aceitação do lance mais vantajoso.

6.24. Ao final do procedimento, após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

6.24.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

6.25. Quando houver itens destinados à cota reservada para ME e EPP, cujos valores superem os R\$ 80.0000,00 (oitenta mil reais), deverá ser observado as seguintes informações:

6.25.1. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

6.25.2. Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

6.25.3. A prioridade de aquisição dos produtos por época da emissão das AF – autorizações e fornecimento, são para as cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota



reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente (art. 8º §4º do decreto nº. 8.538/2015).

7. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Agente de Licitação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, à sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que:

7.2.1. contenha vício insanável ou ilegalidade;

7.2.2. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência ou Projeto Básico;

7.2.3. apresentar preço manifestamente inexequível;

7.2.3.1. Considera-se inexequível a proposta de preços ou menor lance que comprovadamente, for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.2.3.2. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.2.4. não vierem a comprovar sua exequibilidade, em especial em relação ao preço e produtividade adotada.

7.2.5. apresente preços finais superiores ao valor máximo estabelecido pelo órgão ou entidade contratante no ato convocatório;

7.3. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

7.4. O Agente de Licitação poderá convocar o licitante para enviar documento digital, por meio de funcionalidade disponível no sistema, estabelecendo no “chat” prazo mínimo de 4 (quatro) horas úteis, sob pena de não aceitação da proposta.

7.4.1. Os prazos estabelecidos pelo Agente de Licitação poderão ser prorrogados por solicitação justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido e aceita pelo Agente de Licitação.

7.4.2. A "Convocação do anexo" **será aberta para apenas 1 (um) dos itens contemplados pelo licitante**, porém caso o licitante seja vencedor de mais de 1 (um) item, este deverá encaminhar sua documentação e proposta discriminando todos estes itens no qual foi considerada vencedora e não apenas o item informado pelo sistema eletrônico.

7.4.3. Na "Convocação do anexo" do sistema eletrônico, sugerimos às licitantes que **anexem 01 (um) único arquivo "zipado"** (formato "ZIP") contendo a proposta e os



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

documentos, tendo em vista que o sistema encerra automaticamente a convocação ao receber cada arquivo.

7.5. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o Agente de Licitação examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.

7.6. Havendo necessidade, o Agente de Licitação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.7. O Agente de Licitação deverá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.7.1. A negociação de que trata o item acima deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.

7.7.2. Se depois de adotada a providência referida no subitem acima não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, será revogada a licitação.

7.7.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.8. Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Agente de Licitação passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8. DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Agente de Licitação, auxiliado por sua equipe de apoio, verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1. Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF;

8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

8.1.3. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

8.1.4. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.1.5. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

8.1.6. Constatada a existência de sanção, o Agente de Licitação reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.2. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista:

8.2.1. Habilitação jurídica:

8.2.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.2.1.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.2.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.2.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.2.1.5. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento Nacional de Registro do Empresarial e Integração - DREI;

8.2.1.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.2.2. Habilitação fiscal e trabalhista:

8.2.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou, quando for o caso, Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

8.2.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.2.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.2.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

8.2.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.2.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.2.2.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.2.2.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja microempresa, empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.2.3. Qualificação Econômico-Financeira

8.2.3.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

8.2.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.2.3.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

8.2.3.2.2. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.2.3.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

$$\begin{aligned} & \text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo} \\ \text{LG} = & \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}; \\ & \text{Ativo Total} \\ \text{SG} = & \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}; \\ & \text{Ativo Circulante} \\ \text{LC} = & \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}; \text{ e} \end{aligned}$$



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

Passivo Circulante

8.2.3.3.1. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 5% (cinco por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

8.3. As empresas, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

A) Mínimo de 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em papel timbrado da empresa emitente ou com o carimbo da mesma, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que atestem aptidão para o desempenho da atividade, compatível com o objeto constante deste Termo de Referência;

A1) Conforme facultado pelo Parágrafo Terceiro, do Artigo 43, da Lei 8.666/93, durante a análise dos documentos, o Agente de licitação poderá solicitar esclarecimentos ou outras informações que julgar necessárias junto aos órgãos/empresas emitentes de atestados de capacidade técnica, quando exigidos. Se nos atestados não constarem número de telefone/ou fax, bem como nome legível dos emitentes, o Agente de licitação poderá solicitar às empresas que indiquem estes dados;

B) Licença de Funcionamento da licitante emitida pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual.

B.1) Caso a Licença de Funcionamento esteja vencida, será aceito protocolo de solicitação de renovação, desde que tenha sido requerido no prazo mínimo que anteceder o vencimento constante na legislação sanitária Municipal/Estadual ou Distrital da sede da licitante.

C) Autorização de Funcionamento (AFE) e/ou Autorização Especial (AE), conforme legislação Lei nº 6.360/76 e RDC nº 16/2014, da licitante emitida pelo Ministério da Saúde;

C.1) Caso a Autorização de Funcionamento da Licitante esteja vencida, será aceito protocolo de solicitação de renovação, desde que tenha sido requerido junto a ANVISA no prazo mínimo de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias.

D) Documento(s) que comprove(m) o Registro ou Isenção de Registro ou Notificação do(s) Medicamento(s) na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA/Ministério da Saúde. Serão aceitos Registros publicados no Diário Oficial da União, e também obtidos pelo endereço eletrônico www.anvisa.gov.br.

D.1) A licitante deverá indicar nos registros da ANVISA enviados, o item do Anexo I do Edital, publicado à época do certame, ao qual se refere, caso seja cópia do Diário Oficial da União - D.O.U., além da identificação do item, a licitante deverá marcar o local onde está a informação do registro.

D.2) Caso o Registro esteja vencido ou próximo do vencimento, será aceito Protocolo de renovação de Registro protocolado com no mínimo 06 (seis) meses de antecedência.



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

D.3) Somente serão aceitos protocolos de solicitação de renovação de registro de medicamentos, os quais tenham sido protocolados na ANVISA, no 1º (primeiro) semestre do último quinquênio de validade do registro, conforme estabelecido em legislação vigente.

D.4) Os documentos emitidos pela ANVISA, Ministério da Saúde, Autorização de Funcionamento Comum das Empresas, serão analisados por profissionais do Setor de Farmácia Hospitalar do Hospital de Clínicas da UFTM, podendo ser confirmados “via Internet”, no endereço eletrônico www.anvisa.gov.br.

D.5) Serão consultados pela equipe de apoio (composta por farmacêuticos do HC/UFTM), no site da ANVISA, os documentos de Qualificação Técnica que porventura forem anexados pelas empresas de forma incompleta ou errôneos, como exemplo Registro do Produto: Registro com apresentação do medicamento diferente do edital, não envio do Registro do Produto, Registro do produto vencido; mas que ao ser consultado no site da ANVISA, o fabricante tem novo registro e está ativo. Os documentos consultados e validados serão anexados ao processo do pregão, para que seja consultado a qualquer momento, por quem possa interessar.

8.4. Se a menor proposta ofertada for de microempresa, empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal ou trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após solicitação do Agente de Licitação no sistema eletrônico, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.

8.4.1. A não regularização fiscal ou trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal, será concedido o mesmo prazo para regularização.

8.5. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

8.6. Os documentos exigidos para habilitação relacionados nos subitens acima, deverão ser apresentados em meio digital pelos licitantes, por meio de funcionalidade presente no sistema (upload), no **prazo de 4 (quatro) horas úteis** após solicitação do Agente de Licitação no sistema eletrônico. Somente mediante autorização do Agente de Licitação e em caso de indisponibilidade do sistema, será aceito o envio da documentação por meio de e-mail licitacao.hctm@ebserh.gov.br.

8.6.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

8.7. Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.



8.8. Em relação às licitantes cadastradas no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, o Agente de Licitação consultará o referido Sistema em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista conforme o disposto nos arts. 4º, caput, 8º, § 3º, 13 a 18 e 43, III, da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 11.10.10.

8.8.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

8.8.2. Caso o Agente de Licitação não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar o documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.9. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Agente de Licitação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.10. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.11. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência de empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.12. Da sessão pública de Licitação Eletrônica divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

8.13. Os casos de Habilitação que ensejarem dúvidas poderão ser encaminhados para apreciação do Setor Jurídico.

8.14. Para habilitação, também deverão ser observadas as exigências contidas no Termo de Referência sob pena de desclassificação do licitante.

9. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

9.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

9.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

9.1.2. Quando houver erro na aceitação do prego melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

9.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

9.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

9.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhadas no prazo de até 4hs (quatro horas) úteis, pelo sistema eletrônico, a contar da solicitação do Agente de licitação, e deverá conter:

A) PROPOSTA DE PREÇOS (conforme modelo disponível no Anexo II deste Edital) com valores atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados, contendo especificações detalhadas do objeto ofertado: descrição, quantidade, unidade, preços unitários e totais, deve constar a procedência, a embalagem, nome comercial ou indicar se é GENÉRICO, quando for o caso.

10.1.1. A licitante deverá encaminhar **cópia da página da Tabela CMED** (somente da página) a qual conste o medicamento ofertado, assinalando o valor de referência, observando as normas relacionadas a esse assunto (Comunicado nº. 9, de 28 de agosto de 2012, Comunicado nº 3, de 16 de março de 2012 e Resolução nº 3, de 2 de março de 2011), bem como as alíquotas de ICMS conforme o estado e os valores a serem considerados de acordo com a marca (genérico ou similar). Quando se tratar de produto liberado ou de medicamentos que não se encontrem na tabela, encaminhar a primeira página da tabela assinalando a qual exceção o item faz parte. Esta etapa será analisada pelos farmacêuticos da Equipe de Apoio. OBS.: a Tabela CMED a ser encaminhada, deverá ser a que contém a atualização mais próxima à data do Pregão. A Tabela CMED encontra-se disponível no site da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA/Ministério da Saúde.

10.2. Para formular e encaminhar a proposta de preços o licitante deverá atender aos seguintes requisitos:

10.2.1. Constar 01 (uma) via, impressa em papel timbrado do licitante, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente redigidas com clareza, ou em outro idioma com a obrigatoriedade de suporte de um tradutor juramentado, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, devidamente datada e assinada, sendo rubricadas todas as folhas pelo representante legal da licitante proponente.

10.2.2. Indicar nome ou razão social do proponente, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, bem como: nome, profissão, CPF, Carteira de Identidade e cargo na empresa do responsável que assinará a Ata de Registro de Preços. Deverão ser indicados os dados bancários da empresa como: conta corrente, agência, banco e cidade. Na falta de tais informações, a Administração poderá solicitá-las em outro momento;

10.2.3. Especificar de forma clara e completa os materiais/serviços ofertados, obedecendo a mesma ordem de numeração dos itens constantes no Anexo I deste Edital, sem conter alternativas de preços, marcas, ou de qualquer outra condição, exceto os preços provenientes da negociação realizada pelo Agente de licitação;

10.2.4. Indicar o prazo e a forma de entrega dos produtos;



10.2.5. Ser apresentada com cotação de preço fixo e irrevogável, **expresso em R\$ (reais), com apenas duas casas decimais**, tanto em algarismos como por extenso, prevalecendo este valor sobre aquele em caso de divergência;

10.2.6. Que o prazo de validade das condições propostas não poderá ser inferior a 90 (noventa) dias correntes, a contar da data de abertura da proposta. Não havendo indicação expressa, será considerado como tal.

10.3. A entrega do objeto, no prazo mínimo estipulado neste Edital, consiste na prestação pela Contratada, de todas as obrigações previstas na Lei nº 8.078, de 11/09/1990 e alterações (Código de Defesa do Consumidor), bem como dos encargos previstos à Contratada neste Edital e seus Anexos.

10.4. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação das propostas implica submissão a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.

10.5. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, será concedido prazo, de no mínimo vinte minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Agente de Licitação verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Agente de Licitação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso;

11.2.2. A falta de manifestação motivada da licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso administrativo implica tão somente na invalidação daqueles atos que não sejam passíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constado neste Edital.

12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO



12.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Agente de Licitação, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

12.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

12.3. Após a adjudicação, o procedimento licitatório será encerrado e os autos encaminhados à autoridade superior, que poderá: determinar o retorno dos autos para saneamento de vícios supráveis; anular o procedimento, no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocações de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado; revogar o procedimento por motivo de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto incontornável; ou homologar o procedimento e autorizar a celebração do contrato.

12.3.1. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, bem como a nulidade da licitação induz à do contrato.

12.3.2. Depois de iniciada a fase de apresentação de lances ou propostas, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada quando assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa a ser exercido no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

13.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

13.3. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

13.3.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência.

14. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1. Os medicamentos deverão ser entregues na Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF, sito a Avenida Getúlio Guaritá, 130 – Abadia - CEP: 38.025-440 – Uberaba (MG). Dias/horário de Recebimento: segunda a sexta-feira das 07h00min às 16:30min, telefone de contato: (34) 3318-5654.



14.1.1. Com exceção dos itens nº 03 e 50 (Água para injeção – ampola 10mL e Solução de Cloreto de sódio 0,9% - ampola 10mL) que deverão ser entregues com agendamento no seguinte endereço: Rua Capitão Domingos nº50 - Bairro: Abadia, CEP 38025-010 Uberaba (MG). O agendamento deverá ser solicitado pelo fornecedor exclusivamente via e-mail: caf.hctm@ebserh.gov.br

14.1.2. A entrega dos produtos será imediata, com tolerância de 10 (dez) dias corridos, contados da remessa da Autorização de Fornecimento/Empenho. Demais critérios de recebimento e aceitação do objeto, estão previstos no **Item 4 do Termo de Referência**.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

15.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas nos itens **5 e 6 do Termo de Referência**.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta)** dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

16.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

16.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

16.5. Antes do pagamento, o Contratante realizará consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, imprimindo e juntando os resultados ao processo de pagamento.

16.5.1. Serão efetuadas as seguintes consultas:

- Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;
- Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal – CADIN;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa;
- Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;
- Certidão Negativa de Inidôneos – TCU.



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

16.6. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.7. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.8. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.10. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante, não será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF.

16.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.11.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.12. A Ebserh não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela Contratada que porventura não tenha sido acordada no contrato.

16.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

I =	(x/ 100)
	365



N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso.

17. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO RESERVA

17.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

17.1.1. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

17.2. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

17.3. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013.

18. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1. A sanção de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Ebserh poderá ser aplicada à empresa ou ao profissional que:

18.1.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

18.1.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

18.1.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Ebserh em virtude de atos ilícitos praticados;

18.1.4. Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato;

18.1.5. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

18.1.6. Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

18.1.7. Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;

18.1.8. Não mantiver a proposta;

18.1.9. Falhar ou fraudar na execução do contrato;

18.1.10. Comportar-se de modo inidôneo, inclusive com a prática de atos lesivos à Administração Pública previstos na Lei 12.846/1813.

18.2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

18.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário.



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

18.4. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

18.6. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no **item 10 do Termo de Referência**.

18.7. Aos licitantes, será aplicada quando necessário, a **Norma Operacional EBSEH n° 03, de 03 de junho de 1816**, disponível no sítio http://www.ebserh.gov.br/documents/22765/106576/norma+operacional+03_boletim_servico_1_69_06_06_16.pdf/a1f7b9b9-4b7c-425a-805a-3811899908d5. Sendo assim, devem tomar conhecimento dessa norma, uma vez que versa sobre o estabelecimento de normas regulamentares sobre o procedimento administrativo, no âmbito da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - EBSEH, voltado à aplicação de sanções administrativas a licitantes, bem como regulamenta a competência para aplicação das sanções administrativas cabíveis, conforme previsto nas leis, normas e instrumentos convocatórios.

19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

19.1 Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, ou seja, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório.

19.1.1 Caberá ao Agente de Licitação, auxiliado pela equipe de apoio, decidir sobre a petição no prazo de até 24 (vinte e quatro) horas.

19.1.2 Acolhida a impugnação contra o ato convocatório, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

19.1.3 A Impugnação Administrativa deverá ser apresentada por meio eletrônico através do endereço de e-mail: questionamento.hctm@ebserh.gov.br e/ou por escrito, encaminhada à Unidade de Licitação localizada na Rua Castro Alves, 152, Bairro Nossa Senhora da Abadia - Uberaba (MG), CEP: 38025-380 no horário de 09h00 as 12h00 e das 14h00 às 17h00.

19.1.4 Quando a Impugnação Administrativa for enviada ao Agente de Licitação da Ebserh, exclusivamente por escrito, ela também deverá ser enviada em mídia (tipo CD, DVD, etc.) ou também deverá ser enviada por meio eletrônico, nos formatos Word (.doc ou .docx), tendo em vista que o texto da impugnação deverá ser disponibilizado no **Portal de Compras do Governo Federal**.

19.1.5 Não serão conhecidas as impugnações ao Edital interpostas após os prazos legais, bem como as que não forem apresentadas na forma estabelecida no subitem anterior.

19.1.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

19.2 Qualquer modificação no edital que, inquestionavelmente, afete a formulação das propostas exigirá divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido.

19.3 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao Agente de Licitação, até **03 (três)** dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão



pública, única e exclusivamente por meio eletrônico via internet, através do endereço de e-mail: questionamento.hctm@ebserh.gov.br

19.4 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Agente de Licitação serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

20. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

20.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, o adjudicatário poderá ser convocação para firmar Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), no prazo de *03 (três) dias úteis*, contados a partir da data de sua convocação para firmar Termo de Contrato, podendo ser prorrogado 01 (uma) vez, por igual período, nos termos dos §1º, do artigo 94, do Regulamento de Licitações e Contratos-Ebserh, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

20.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante a esta Empresa para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Ebserh poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite do adjudicatário, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de *03 (três) dias úteis*, a contar da data de seu recebimento.

20.2. Previamente à contratação, a Ebserh realizará consulta “on line” ao SICAF, bem como ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

20.2.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

20.3. É facultado à Ebserh, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidos:

20.3.1. Convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o instrumento convocatório;

20.3.2. Revogar a licitação

21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação do Agente de Licitação em contrário;

21.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Agente de Licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

21.4. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.5. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Ebserh não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da Ebserh - filial.

21.7. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.8. É facultado ao Agente de Licitação ou à autoridade competente, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

21.9. A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente fundamentado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

21.10. Para fins de aplicação de sanção administrativa presente neste Edital, o lance é considerado proposta.

21.11. O Licitante vencedor deverá realizar o seu cadastro no SEI para assinaturas da Ata de Registro de Preços e Contratos, através do link https://sei.ebserh.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0 devendo clicar no item "Clique aqui se você ainda não está cadastrado" e seguir os passos indicados.

21.12. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos pelo e-mail licitacao.hctm@ebserh.gov.br ou endereço Rua Castro Alves, nº. 152 – Bairro Nossa Senhora da Abadia, Uberaba/MG, nos dias úteis, no horário das 08:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.13. Considera-se hora útil o período entre 08:00 às 17:00 de segunda a sexta-feira (exceto feriados).

21.14. Nos casos que os prazos forem determinados em horas, serão consideradas Horas corridas, salvo situações que forem determinados os prazos em horas úteis.

21.15. Os casos omissos serão resolvidos pelo Agente de licitação.

21.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- ✓ ANEXO I – Especificações do Objeto.
- ✓ ANEXO II - Modelo para Apresentação da Proposta de Preços.
- ✓ ANEXO III - Minuta da Ata de Registro de Preço.
- ✓ ANEXO IV - Termo de Referência.

22. DO FORO



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

22.1. O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Justiça Federal da Seção Judiciária de Uberaba/MG.

Uberaba (MG), 25 de junho de 2019.

Delana Márcia Souza Silva
Agente de Licitação



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	UN	ME/EPP
1	ACETILCISTEINA 100 MG/ML (10%) - AMPOLA DE 3ML. SICAF: 335091. CÓD. AGHU: 18457. GRUPO AGHU: 2.	2000	AMP	N
2	ACIDO ASCORBICO 100 MG/ML - AMPOLA DE 5ML SICAF: 271687. CÓD. AGHU: 18368. GRUPO AGHU: 2.	8000	AMP	N
3	ÁGUA PARA INJEÇÃO, SOLUÇÃO INJETÁVEL, LÍMPIDA E HIPOTÔNICA, ESTÉRIL E APIROGÊNICA - AMPOLA PLÁSTICA DE 10ML. SICAF: 276839. CÓD. AGHU: 253812. GRUPO AGHU: 2.	500000	AMP	N
4	ALBUMINA HUMANA 200 MG/ML (20%) SOLUÇÃO INJETÁVEL FRASCO DE 50 ML. SICAF: 268376. CÓD. AGHU: 13676. GRUPO AGHU: 2.	4000	FR	N
5	ALFAPORACTANTO (FRAÇÃO FOSFOLIPÍDICA DE PULMÃO PORCINO) 80MG/ML - FR DE 3ML. PARA USO INTRATRAQUEAL OU INTRABRONQUIAL. SICAF: 353398. CÓD. AGHU: 182745. GRUPO AGHU: 2.	200	FRA	N
6	ALPROSTADIL 500MCG SOLUÇÃO INJETÁVEL SICAF: 333142. CÓD. AGHU: 178357. GRUPO AGHU: 2.	300	AMP	N
7	ALTEPLASE 50 MG + DILUENTE 50ML - USO ADULTO E ENDOVENOSO. SICAF 0436418 CÓD. AGHU: 181439. GRUPO AGHU: 2.	400	FRA	N
8	AMINOFILINA 24 MG/ML 10 ML. SICAF: 292402. CÓD. AGHU: 13722. GRUPO AGHU: 2.	1000	AMP	N
9	ATROPINA, SULFATO 0,25MG/ML 1ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL SICAF: 268214. CÓD. AGHU: 13862. GRUPO AGHU: 2.	20000	AMP	N
10	AZUL PATENTE V 2,5% - SOLUÇÃO INJETÁVEL ESTÉRIL E APIROGÊNICA - FRASCO AMPOLA DE 2ML. SICAF: 292408. CÓD. AGHU: 6599. GRUPO AGHU: 2.	800	UN	N
11	BECLOMETASONA, DIPROP. 400MCG/ML - FLACONETE DE 2ML - SUSPENSÃO ESTÉRIL. SICAF: 267907. CÓD. AGHU: 252220. GRUPO AGHU: 2.	2500	AMP	N



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

12	BETAMETASONA, FOSFATO DISSODICO 4MG/ML 1ML. SICAF: 282149. CÓD. AGHU: 293699. GRUPO AGHU: 2.	2000	AMP	N
13	BICARBONATO SODIO 8,4% - 10ML. SICAF: 268222. CÓD. AGHU: 13889. GRUPO AGHU: 2.	6000	AMP	N
14	BUPIVACAÍNA, CLOR. 0,5% + EPINEFRINA 1.200.000UI - FR DE 20ML - EMBALAGEM ESTÉRIL. SICAF: 270096. CÓD. AGHU: 13943. GRUPO AGHU: 2.	800	UN	N
15	BUPIVACAÍNA, CLOR. 0,5% + GLICOSE 8% (PESADA) - AMPOLA DE 4ML - EMBALAGEM ESTÉRIL SICAF: 270095. CÓD. AGHU: 16535. GRUPO AGHU: 2.	4000	AMP	N
16	BUPIVACAÍNA, CLOR. 0,5% - F/A DE 20ML - EMBALAGEM STERILE PACK. SICAF: 269574. CÓD. AGHU: 13935. GRUPO AGHU: 2.	250	FRA	N
17	BUPIVACAÍNA, CLORIDRATO PUREZA 0,5% ISOBÁRICA - AMPOLA DE 4ML - EMBALAGEM STERILE PACK. SICAF: 269572. CÓD. AGHU: 235342. GRUPO AGHU: 2.	1000	AMP	N
18	CETOPROFENO 100MG PÓ LIOFILIZADO PARA SOLUÇÃO INJETÁVEL. BR0393813 CÓD. AGHU: 290214. GRUPO AGHU: 2.	35000	FRA	N
19	CLONIDINA, CLORIDRATO 150MCG/ML - 1ML- EMBALAGEM STERILE PACK SICAF: 340206. CÓD. AGHU: 271412. GRUPO AGHU: 2.	2000	AMP	N
20	CLORETO DE POTASSIO 19,1% - SOLUÇÃO INJETÁVEL AMPOLA DE 10ML. SICAF: 267162. CÓD. AGHU: 288961. GRUPO AGHU: 2.	20000	AMP	N
21	CLORETO SODIO 20% - SOLUÇÃO INJETÁVEL - AMPOLA DE 10ML SICAF: 267574. CÓD. AGHU: 15350. GRUPO AGHU: 2.	25000	AMP	N
22	COMPLEXO PROTROMBINICO TOTAL HUMANO (FATORES II, VII, IX, E X DA COAGULAÇÃO) - PO LIOFILIZADO + DILUENTE - BR0450530 CÓD. AGHU: 512912. GRUPO AGHU: 2.	240000	UI	N
23	DANTROLENO SÓDICO 20MG - PÓ LIÓFILO INJETÁVEL C/ DILUENTE. SICAF: 272475. CÓD. AGHU: 198803. GRUPO AGHU: 2.	72	FRA	N
24	DESLANOSIDEO 0,2 MG/ML - 2ML SOLUÇÃO INJETÁVEL. SICAF: 276283. CÓD. AGHU: 12769. GRUPO AGHU: 2.	1000	AMP	N
25	DEXAMETASONA FOSFATO 4MG/ML 2,5 ML - INJETÁVEL. SICAF: 292427. CÓD. AGHU: 14575. GRUPO AGHU: 2.	17000	FR	N
26	DICLOFENACO SODICO 75MG AMPOLA DE 3ML.	1000	AMP	N



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

	SICAF: 271003. CÓD. AGHU: 16411. GRUPO AGHU: 2.			
27	DIFENIDRAMINA 50 MG/ML - 1ML SOL. INJETÁVEL. SICAF: 272217. CÓD. AGHU: 273733. GRUPO AGHU: 2.	3000	AMP	N
28	DIMENIDRINATO 3MG/ML + PIRIDOXINA, CLOR. 5MG/ML + FRUTOSE 100MG/ML + GLICOSE 100MG/ML - AMPOLA DE 10ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL. SICAF: 272336. CÓD. AGHU: 269618. GRUPO AGHU: 2.	15000	AMP	N
29	DIMENIDRINATO 50MG+ PIRIDOXINA, CLOR. 50MG 1ML SICAF: 272334. CÓD. AGHU: 293632. GRUPO AGHU: 2.	500	AMP	N
30	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML - AMPOLA DE 2ML. SICAF: 268252. CÓD. AGHU: 14826. GRUPO AGHU: 2.	150000	AMP	N
31	DOBUTAMINA, CLORIDRATO 250MG/20ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL SICAF: 268446. CÓD. AGHU: 16861. GRUPO AGHU: 2.	18000	AMP	N
32	DOPAMINA, CLORIDRATO 5MG/ML - AP DE 10ML. SICAF: 268960. CÓD. AGHU: 14834. GRUPO AGHU: 2.	10000	AMP	N
33	EFEDRINA, SULFATO 50MG/ML 1 ML AMP SICAF: 287687. CÓD. AGHU: 13250. GRUPO AGHU: 2.	3000	AMP	N
34	ENOXAPARINA SÓDICA 20MG -0,2ML SERINGA PREENCHIDA COM SISTEMA DE SEGURANÇA PARA USO SUBCUTÂNEO. SICAF: 272644. CÓD. AGHU: 242845. GRUPO AGHU: 2.	2000	SGA	N
35	ENOXAPARINA SÓDICA 40MG/0,4ML - SERINGA PREENCHIDA COM SISTEMA DE SEGURANÇA PARA USO SUBCUTÂNEO. SICAF: 272645. CÓD. AGHU: 242853. GRUPO AGHU: 2.	10000	SGA	N
36	ENOXAPARINA SÓDICA 60MG/0,6ML - SERINGA PREENCHIDA COM SISTEMA DE SEGURANÇA PARA USO SUBCUTÂNEO. SICAF: 268454. CÓD. AGHU: 269466. GRUPO AGHU: 2.	10000	SGA	N
37	ENOXAPARINA SÓDICA 80 MG/0,8ML SERINGA PREENCHIDA COM SISTEMA DE SEGURANÇA PARA USO SUBCUTÂNEO. SICAF: 268455. CÓD. AGHU: 266299. GRUPO AGHU: 2.	5000	SGA	N
38	EPINEFRINA 1MG/ML - AMPOLA DE 1ML SICAF: 268255. CÓD. AGHU: 14885. GRUPO AGHU: 2.	24000	AMP	N



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

39	ERGOMETRINA, MALEATO 0,2 MG/ML - AMPOLA DE 1ML. SICAF: 268264. CÓD. AGHU: 16055. GRUPO AGHU: 2.	1500	AMP	N
40	ERITROPOETINA ALFA HUMANA RECOMBINANTE 40.000 UI/ML - 1ML BR0449016 CÓD. AGHU: 273731. GRUPO AGHU: 2.	200	FR	N
41	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO 20 MG/ML 1 ML - SOLUÇÃO INJETÁVEL. SICAF: 267282. CÓD. AGHU: 15555. GRUPO AGHU: 2.	25000	AMP	N
42	ETANOLAMINA, OLEATO 50MG/ML - AMPOLA DE 2ML. SICAF: 282580. CÓD. AGHU: 16152. GRUPO AGHU: 2.	1020	AMP	N
43	ETILEFRINA, CLORIDRATO 10MG/ML - AMPOLA DE 1ML- SOLUÇÃO INJETÁVEL SICAF: 272198. CÓD. AGHU: 288989. GRUPO AGHU: 2.	1200	AMP	N
44	FITOMENADIONA 10MG/ML - AMPOLA DE 1ML - INTRAMUSCULAR. SICAF: 292399. CÓD. AGHU: 18384. GRUPO AGHU: 2.	5000	AMP	N
45	FOSFATO ACIDO DE POTÁSSIO 2MEQ/ML - AMPOLA DE 10ML. SICAF: 313689. CÓD. AGHU: 15156. GRUPO AGHU: 2.	3000	AMP	N
46	FUROSEMIDA 10MG/ML - AMPOLA DE 2ML. SICAF: 267666. CÓD. AGHU: 15180. GRUPO AGHU: 2.	50000	AMP	N
47	GLICOSE 25% AMPOLA DE 10ML. SICAF: 267540. CÓD. AGHU: 289000. GRUPO AGHU: 2.	5000	AMP	N
48	GLICOSE 50% AMPOLA DE 10ML SICAF: 267541. CÓD. AGHU: 15334. GRUPO AGHU: 2.	100000	AMP	N
49	GLUCONATO CALCIO 10% - AMPOLA DE 10ML SICAF: 270019. CÓD. AGHU: 15342. GRUPO AGHU: 2.	15000	AMP	N
50	SELANTE DE FIBRINA CONTENDO 70-110MG DE FIBRINOGENIO, 3000KUI DE APROTININA E 500 UI DE TROMBINA 500-KIT DE 2,0ML. SICAF: 352243 CÓD. AGHU. GRUPO AGHU:2.	400	KT	N
51	SOLUÇÃO DE CLORETO DE SÓDIO 0,9% - AMPOLA DE 10ML. SICAF: 268236. CÓD. AGHU: 288962. GRUPO AGHU: 2.	500000	AMP	N

OBS: Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as do Anexo I deste Edital, prevalecerão às últimas.



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

EXCLUSIVIDADE PARA ME / EPP: Atendendo a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006, os itens cujos os valores estimados sejam de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) serão exclusivos à participação de microempresas e empresas de pequeno porte.

Conforme solicitado pelo Setor Requisitante, os itens 14, 15, 16, 17, 19, 23, 27 e 33 serão abertos para ampla disputa, para evitar que resultem fracassados/desertos.

Conforme disposto no art. 34 da Lei 13.303/2016, os valores dos orçamentos para os itens a serem licitados são sigilosos. Tais valores somente poderão ser disponibilizados após a fase de lances do pregão.



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

ANEXO II

MODELO PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

TIMBRE OU LOGOMARCA DA EMPRESA

Pregão Eletrônico SRP n° 18/2019

Processo: 23521.001182/2019-71

Ao Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

LICITANTE:					
CNPJ:		TEL./FAX:			
ENDEREÇO:		BAIRRO:			
CIDADE:		ESTADO:	CEP:		
CONTATO:		E-MAIL:			
BANCO:	AGÊNCIA:	CONTA CORRENTE:			

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	UND.	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL DA PROPOSTA						

Valor total por extenso: R\$ _____ (_____)

- **Validade da Proposta:** Mínimo 90 dias;
- **Prazo de entrega:** imediata, com tolerância de 10 (dez) dias corridos;
- **Prazo para pagamento:** Até 30 dias corridos;
- **Ciente e de acordo com todos os termos do Edital;**
- **Nome completo do responsável pela assinatura da ATA, cargo, RG e CPF.**

_____, ____ de _____ de 2019

Assinatura do Representante Legal, cargo, RG e CPF.



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 18/2019 VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos _____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e dezenove, o Hospital Universitário do Triângulo Mineiro-HUTM, filial da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, UASG 155011, com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 15.126.437/0005-77, situado na Avenida Getúlio Guaritá nº. 130, 2º andar – Bairro Nossa Senhora da Abadia, em Uberaba – MG, CEP: 38.025-440, por seu representante legal, nos termos da Lei 13.303/2016, dos Decretos nº. 3.555 de 08/08/2000, nº. 5.450 de 31/05/2005 e nº. 7.892 de 23/01/2013 e suas alterações, do Regulamento de Licitações e Contratos da Ebserh e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação da(s) proposta(s) apresentada(s) no **Pregão Eletrônico SRP nº. 18/2019** e do Resultado de Julgamento de Preços, publicado no Diário Oficial da União e homologado pela Autoridade Competente do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, processo administrativo nº. **23521.001182/2019-71**, **RESOLVE** registrar o(s) preço(s) para a aquisição do(s) item (ns) _____, conforme consta no Anexo I do Edital, que passa a fazer parte integrante desta, tendo sido o(s) mesmo(s) oferecido(s) pela empresa _____, sediada na cidade _____, na rua _____, CEP: _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, cuja proposta foi classificada em 1º lugar no certame para o(s) referido(s) item (ns).

I - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO.

1.1. Constitui objeto da presente Ata, a formalização que visa a **aquisição de medicamentos, para abastecimento do Setor de Farmácia Hospitalar atendendo as necessidades do HC/UFTM**, conforme especificações constantes no **Anexo “I” do Pregão Eletrônico (SRP) nº. 18/2019**, nas unidades e respectivas quantidades relacionadas no anexo desta Ata de Registro de Preços.

1.2. UASG 155011 – HC-UFTM: Os medicamentos deverão ser entregues na Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF, sito a Avenida Getúlio Guaritá, 130 – Abadia - CEP: 38.025-440 – Uberaba (MG). Dias/horário de Recebimento: segunda a sexta-feira das 07h00min às 16:30min, telefone de contato: (34) 3318-5654.

1.2.1. Com exceção dos itens nº 03 e 50 (Água para injeção – ampola 10mL e Solução de Cloreto de sódio 0,9% - ampola 10mL) que deverão ser entregues com agendamento no seguinte endereço: Rua Capitão Domingos nº50 - Bairro: Abadia, CEP 38025-010 Uberaba (MG). O agendamento deverá ser solicitado pelo fornecedor exclusivamente via e-mail: caf.hctm@ebserh.gov.br

1.2.3. A entrega dos produtos será imediata, com tolerância de 10 (dez) dias corridos, contados da remessa da Autorização de Fornecimento/Empenho. Demais critérios de recebimento e aceitação do objeto, estão previstos no **Item 4 do Termo de Referência**.



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

II – CLÁUSULA SEGUNDA - DA VALIDADE DOS PREÇOS E DA ENTREGA.

- 2.1.** A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, conforme o disposto no art. 12 do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e suas alterações, contados da data de homologação do certame pela Autoridade Competente, sendo vedada a prorrogação do prazo.
- 2.2.** Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro não será obrigado a adquirir os materiais exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.
- 2.3.** O Sistema de Registro de Preços não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Anexo “T” do Edital e anexo desta Ata, podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades.

III – CLÁUSULA TERCEIRA - DA REVISÃO E CANCELAMENTO.

- 3.1.** Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).
- 3.2.** Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.
- 3.3.** O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.
- 3.3.1.** A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.
- 3.4.** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:
- 3.4.1.** liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- 3.4.2.** convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.
- 3.5.** Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.
- 3.6.** O registro do fornecedor será cancelado quando:
- 3.6.1.** descumprir as condições da ata de registro de preços;



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

3.6.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

3.6.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

3.6.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

3.7. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 3.6.1, 3.6.2 e 3.6.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

3.8. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

3.8.1. por razão de interesse público; ou

3.8.2. a pedido do fornecedor.

IV – CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS.

4.1. Integram esta Ata o Edital e anexos do Pregão Eletrônico SRP nº ___/___, a proposta da empresa classificada em primeiro lugar no mencionado certame e demais elementos do processo.

4.2. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência.

4.3. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

4.4. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

4.5. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

4.6. Os fornecedores registrados para formação de cadastro de reserva só se beneficiarão deste Registro de Preços no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata, nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/2013 (§ 1º do art. 11 do Decreto nº 7.892/2013).

4.7. A Administração realizará pesquisa periódica de mercado, para comprovação da vantajosidade dos preços registrados nesta Ata, conforme artigo 9º, XI do Decreto 7.892/2013.

4.8. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços.

4.9. As informações referentes adesão a esta Ata encontram-se previstas no item 2 do edital.

4.10. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

**HOSPITAL DE CLÍNICAS/FILIAL EBSERH
MARIA CRISTINA STRAMA
GERENTE ADMINISTRATIVO**

**HOSPITAL DE CLÍNICAS/FILIAL EBSERH
DR. LUIZ ANTÔNIO PERTILI RODRIGUES
DE RESENDE
SUPERINTENDENTE**

**NOME COMPLETO
EMPRESA**

ANEXO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

(RESULTADO POR FORNECEDOR DO COMPRASNET)



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

ANEXO IV

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a aquisição de medicamentos, para abastecimento do Setor de Farmácia Hospitalar atendendo as necessidades do Hospital de Clínicas da UFTM.

1.2. A especificação do objeto segue a Denominação Comum Brasileira (DCB) e/ou Denominação Comum Internacional (DCI) para que não haja nenhum direcionamento de marcas, nomes comerciais e que qualquer fornecedor possa participar do certame e ofertar os medicamentos do processo, desde que esteja devidamente habilitado e de acordo com a legislação vigente.

2. JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO

2.1 A aquisição dos medicamentos faz-se necessária, para atender a demanda na Unidade de Abastecimento Farmacêutico do Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. Os medicamentos a serem adquiridas encontram-se elencadas no PMS nº 56/2019 deste Termo de Referência. A composição do pedido para abertura de pregão baseia-se em medicamentos padronizados, ou seja, que fazem parte do arsenal terapêutico do HC/UFTM. E os quantitativos são calculados mediante estatística de consumo mensal de medicamentos no sistema informatizado AGHU disponível para consulta no HC. Levando-se em consideração também, série histórica do medicamento, tempo de ressuprimento para repor o estoque, possíveis variações de consumo, como sazonalidades e demandas maiores que o consumo regular. É desta forma concluímos o quantitativo para cada item que será licitado. A consulta no Sistema AGHU deve ser feita item a item, pois é uma tela de consulta e não relatório que pode ser impresso com todos os itens do arsenal terapêutico. Seguindo o seguinte caminho: Suprimentos – Estoque – Consultas – Estatística de Consumo – Nome do material a ser consultado. Resultado: a consulta fornece consumo médio, histórico de consumo entre outras informações pertinentes ao material em questão. E quanto a necessidade da contratação, informo que os medicamentos do referido Pregão destinam-se exclusivamente a pacientes internados do HC/UFTM e à terapêutica dos mesmos. As quantidades dos itens atendem a demanda do Setor de Farmácia Hospitalar por 12 (doze) meses.

2.2 O uso do Sistema de Registro de Preços para essa contratação está fundamentado nos incisos I e IV do art. 3º do Decreto nº 7.892/2013, haja vista a impossibilidade de definir previamente a quantidade exata dos materiais necessários, bem como pelas suas características e natureza, havendo a necessidade de contratações frequentes.

2.3 O tipo de licitação será o menor preço por item.



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os medicamentos descritos no PMS anexo deste Termo de Referência são classificados como bem comum em atendimento ao disposto no § 1º do art. 2º do Decreto n.º 5.450/2005, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste Termo de Referência e no Edital da licitação, por meio de especificações usuais do mercado.

3.2. O PMS n.º 56/2019 é único e foi feito através de sistema informatizado pelo aplicativo AGHU, o número é sequencial e gerado automaticamente, para não haver duplicidades. Os pedidos são liberados através de planejamento de compras, os itens são previstos com antecedência para que tenhamos o novo processo finalizado antes da vigência do pregão que será substituído terminar. Visto que um processo licitatório leva em média 180 dias para ser concluído. Com isso evitamos ruptura no estoque e fracionamento de despesas.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE FORNECIMENTO DO OBJETO

4.1. Os medicamentos deverão ser entregues na Central de Abastecimento Farmacêutico – CAF, sito a Avenida Getúlio Guaritá, 130 – Abadia - CEP: 38.025-440 – Uberaba (MG). Dias/horário de Recebimento: **segunda a sexta-feira das 07h00min às 16:30min, telefone de contato: (34) 3318-5654.**

4.1.1. Com **exceção dos itens n.º 03 e 50** (Água para injeção – ampola 10mL e Solução de Cloreto de sódio 0,9% - ampola 10mL) que deverão ser entregues com agendamento no seguinte endereço: Rua Capitão Domingos n.º50 - Bairro: Abadia, CEP 38025-010 Uberaba (MG). O agendamento deverá ser solicitado pelo fornecedor exclusivamente via e-mail: caf.hctm@ebserh.gov.br

4.2. A entrega dos produtos será imediata, com tolerância de 10 (dez) dias corridos, contados da remessa da Autorização de Fornecimento/Empenho.

4.3. Todos os medicamentos a serem fornecidos deverão estar em conformidade com a legislação sanitária vigente.

4.4. Os fabricantes e Distribuidores devem cumprir as exigências da Portaria n.º. 802, de 08 de outubro de 1998, do Ministério da Saúde, republicada em 07 de abril de 1999;

4.5. Deve constar do(s) laudo(s) analítico-laboratorial(is) certificado(s) de análise:

- Nome do produto (Denominação Comum Brasileira), nome de marca, dosagem e apresentação;
- Número do lote analisado;
- Número de unidades por lote.

4.6. Os dizeres constantes em rótulos, bulas e embalagens deverão estar em conformidade com o estipulado pela legislação sanitária.



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

4.7. Em toda documentação constará o nome do fármaco do produto, de acordo com a Denominação Comum Brasileira – DCB.

4.8. Os medicamentos entregues deverão estar acondicionados de forma compatível com sua conservação, em embalagens de fábrica lacradas pelo fabricante.

Exceção será feita àquele medicamento comprado em quantidade inferior a menor embalagem expedida pelo fabricante.

4.9. O Setor de Farmácia Hospitalar se reserva o direito de não receber os medicamentos entregues nas seguintes condições:

- Embalagens de papelão ou similar que contenham diversos materiais, não proporcionando uma condição excelente de identificação e conferência no ato do recebimento;
- Fora das embalagens originais, desde que apresentem sinais de violação ou que estejam em estado tal que suscitem sinais de violação ou dúvidas quanto à procedência dos mesmos;

4.10. Toda empresa quando da entrega dos medicamentos deve obrigatoriamente informar na Nota Fiscal/Fatura:

- Número do Empenho/Autorização de Fornecimento, número do pedido de origem; do processo e pregão eletrônico;
- Número do lote de fabricação dos medicamentos;
- Prazo de validade dos medicamentos.

4.11. Os medicamentos deverão ter, a contar da data de entrega prazo de validade para uso igual ou superior a 12 (doze) meses, exceto aquela cuja validade normal seja comprovadamente inferior a 12 (doze) meses, caso em que tal situação deverá ser devidamente esclarecida na proposta. A contagem do prazo de validade dos medicamentos será feita a partir de seu recebimento definitivo pela Unidade de Abastecimento Farmacêutico do HC/UFTM/Filial Ebserh.

4.12. Os medicamentos serão solicitados mediante demanda e necessidade de reposição do estoque pela Unidade de Abastecimento Farmacêutico do HC/UFTM/Filial Ebserh.

4.13. A apresentação dos medicamentos deverá ser em caixa devidamente identificada quanto ao número de lote, data e fabricação, validade.

4.14. Os medicamentos após serem recebidos, ficam sujeitos à substituição pela empresa fornecedora, desde que comprovada a existência de deterioração, defeito, não atendimento da especificação do Edital, constatação de qualidade inferior ao especificado no Edital, cuja verificação só tenha sido possível no decorrer de suas utilizações.

4.15. Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos, incidentes, taxas de administração, materiais,



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

serviços, encargos fiscais e trabalhistas, embalagem, seguro, lucro, transporte (carga e descarga) e outros necessários ao cumprimento integral do objeto, bem como o do envio das documentações referentes à habilitação, proposta;

4.16. Os preços ofertados pelos licitantes deverão estar de acordo com os valores fixados pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos – CMED, em cumprimento à Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; Resolução nº 2, de 05 de março de 2004; Decreto nº 4.937, de 29 de dezembro de 2003 e Resolução CMED nº 4, de 18 de dezembro de 2006.

5 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no produto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada;

5.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.6. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada.

5.7. Assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado.

5.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.9. Notificar à CMED e ao Ministério Público Federal e Estadual os casos em que fornecedores praticarem preços superiores aos permitidos pela CMED.

6 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 e cumprir o Art. 39, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. Substituir, no prazo determinado pela Administração do Hospital de Clínicas da UFTM, todos os produtos danificados/recusados, sem que isto acarrete ônus para a contratante.

6.1.4. Responder pelo cumprimento dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, bem como, ainda, assegurar os direitos e cumprimento de todas as obrigações estabelecidas pela Legislação vigente.

6.1.5. Acatar as orientações da Contratante, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

6.1.6. Prestar esclarecimentos à Contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, independente de solicitação.

6.1.7. Assumir toda a responsabilidade pelos encargos/tributos, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, carga descarga, seguros, deslocamento de pessoal, validade, contribuições fiscais e parafiscais, assistência operatória e pós-operatória, e quaisquer outros que incidam ou venham incidir sobre a entrega, direta e indiretamente, sobre os produtos vendidos no objeto deste Edital.

6.1.8. Atender prontamente o representante do HC/UFTM com vistas às substituições de produtos que tenham sido recusados pela Administração.

6.1.9. Manter à frente pessoa qualificada, para representá-lo junto à fiscalização.

6.1.10. Responsabilizar-se por danos causados diretamente a Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, ou por seu empregado ou preposto.

6.1.11. Proceder a substituição do pessoal, quando necessário, que por qualquer motivo fique impossibilitado de realizar a entrega dos produtos.

6.1.12. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas a licitação, conforme disposto no artigo 55, inciso XIII da Lei Federal nº 8.666/93.

6.1.13. Assinar a Ata de Registro de Preços e Contrato no prazo definido pelo HC/UFTM.

6.1.14. Acatar e atender às legislações/normas de segurança do trabalho, Normas Regulamentadoras (NR), aprovadas pela Portaria nº 3.214, de 08/06/1978 e Lei nº 6.514, de 22/09/1977 de segurança e medicina do trabalho, no que couber.

6.1.15. Cumprir o disposto na Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; Resolução nº 2, de 05 de março de 2004; Decreto nº 4.937, de 29 de dezembro de 2003 e Resolução CMED nº 4, de 18 de dezembro de 2006.



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

7. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

7.1. O Licitante deverá apresentar para habilitação:

7.1.1. Mínimo de **01 (um) Atestado de Capacidade Técnica em papel timbrado da empresa emitente ou com o carimbo da mesma**, expedidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que atestem aptidão para o desempenho da atividade, compatível com o objeto constante deste Termo de Referência;

7.1.1.1. Conforme facultado pelo Parágrafo Terceiro, do Artigo 43, da Lei 8.666/93, durante a análise dos documentos, o Agente de licitação poderá solicitar esclarecimentos ou outras informações que julgar necessárias junto aos órgãos/empresas emitentes de atestados de capacidade técnica, quando exigidos. Se nos atestados não constarem número de telefone/ou fax, bem como nome legível dos emitentes, o Agente de licitação poderá solicitar às empresas que indiquem estes dados.

7.1.2. **Licença de Funcionamento** da licitante emitida pela Vigilância Sanitária Municipal ou Estadual.

7.1.2.1. Caso a Licença de Funcionamento esteja vencida, será aceito protocolo de solicitação de renovação, desde que tenha sido requerido no prazo mínimo que anteceder o vencimento constante na legislação sanitária Municipal/Estadual ou Distrital da sede da licitante.

7.1.3. **Autorização de Funcionamento (AFE) e/ou Autorização Especial (AE)**, conforme legislação Lei nº 6.360/76 e RDC nº 16/2014, da licitante emitida pelo Ministério da Saúde;

7.1.3.1. Caso a Autorização de Funcionamento da Licitante esteja vencida, será aceito protocolo de solicitação de renovação, desde que tenha sido requerido junto a ANVISA no prazo mínimo de 60 (sessenta) a 90 (noventa) dias.

7.2. A licitante deverá encaminhar:

7.2.1. Proposta de Preços com os valores atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados, contendo especificações detalhadas do objeto ofertado: descrição, quantidade, unidade, preços unitários e totais, deve constar a procedência, a embalagem, nome comercial ou indicar se é GENÉRICO, quando for o caso.

7.2.2. A licitante deverá encaminhar cópia da página da Tabela CMED (somente da página) a qual conste o medicamento ofertado, assinalando o valor de referência, observando as normas relacionadas a esse assunto (Comunicado nº. 9, de 28 de agosto de 2012, Comunicado nº 3, de 16 de março de 2012 e Resolução nº 3, de 2 de março de 2011), bem como as alíquotas de ICMS conforme o estado e os valores a serem considerados de acordo com a marca (genérico ou similar). Quando se tratar de produto liberado ou de medicamentos que não se encontrem na tabela, encaminhar a primeira página da tabela assinalando a qual exceção o item faz parte. Esta etapa será analisada pelos farmacêuticos da Equipe de Apoio. OBS.: a Tabela CMED a ser encaminhada, deverá ser a que contém a atualização mais próxima à data do Pregão. A Tabela CMED



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

encontra-se disponível no site da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA/Ministério da Saúde.

7.2.3. Documento(s) que comprove(m) o **Registro** ou **Isenção de Registro** ou **Notificação do(s) Medicamento(s) na Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA/Ministério da Saúde**. Serão aceitos Registros publicados no Diário Oficial da União, e também obtidos pelo endereço eletrônico www.anvisa.gov.br.

7.2.3.1. A licitante deverá indicar nos registros da ANVISA enviados, o item do Anexo I do Edital, publicado à época do certame, ao qual se refere, caso seja cópia do Diário Oficial da União - D.O.U., além da identificação do item, a licitante deverá marcar o local onde está a informação do registro.

7.2.3.2. Caso o Registro esteja vencido ou próximo do vencimento, será aceito Protocolo de renovação de Registro protocolado com no mínimo 06 (seis) meses de antecedência.

7.2.3.3. Somente serão aceitos protocolos de solicitação de renovação de registro de medicamentos, os quais tenham sido protocolados na ANVISA, no 1º (primeiro) semestre do último quinquênio de validade do registro, conforme estabelecido em legislação vigente.

7.3. Os documentos emitidos pela ANVISA, Ministério da Saúde, Autorização de Funcionamento Comum e Especial das Empresas, serão analisados por profissionais do Setor de Farmácia Hospitalar do Hospital de Clínicas da UFTM, podendo ser confirmados “via Internet”, no endereço eletrônico www.anvisa.gov.br.

7.3.1 Serão consultados pela equipe de apoio (composta por farmacêuticos do HC/UFTM), no site da ANVISA, os documentos de Qualificação Técnica que porventura forem anexados pelas empresas de forma incompleta ou errôneos, como exemplo **Registro do Produto: Registro com apresentação do medicamento diferente do edital, não envio do Registro do Produto, Registro do produto vencido; mas que ao ser consultado no site da ANVISA, o fabricante tem novo registro e está ativo; mas que ao ser consultado no site da ANVISA, já tem nova certificação válida. Os documentos consultados e validados serão anexados ao processo do pregão, para que seja consultado a qualquer momento, por quem possa interessar.**

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO PAGAMENTO



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

9.1. O pagamento dos medicamentos relativos a este Pregão será efetuado mediante a Nota Fiscal/Fatura emitida em moeda corrente, **dentro de 30 (trinta) dias corridos**, após recebimento da referida Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo setor/departamento competente.

9.2. O atestado será expedido pelo responsável do setor/departamento competente do HC/UFTM, que somente o fará após a constatação do cumprimento das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como, se for o caso, informar as ocorrências para aplicação das sanções previstas no edital.

9.3. Caso os serviços sejam recusados ou a correspondente Nota Fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização do fornecimento ou do documento fiscal, a depender do evento.

9.4. A empresa deverá estar com a situação regular perante o SICAF e CNDT para que o pagamento seja efetivado no transcorrer do período de validade da ata de registro de preços.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Em caso de desistência da proposta, recusa em assinar ata de registro de preços ou termo de contrato, inexecução contratual, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes sanções:

10.1.1 Advertência.

10.1.2. Multas, (deverão ser recolhidas por “Guia de Recolhimento da União” – GRU, junto a agência do Banco do Brasil S/A, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

A) De 10% (dez por cento) sobre o valor global da proposta, no caso de desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Agente de licitação;

B) De 10% (dez por cento) sobre o valor global da proposta, no caso de recusa do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços, dentro de 05 (cinco) dias úteis contados da data da Convocação;

C) De 10% (dez por cento) sobre o valor global do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o instrumento de contrato ou em aceitar ou em retirar o instrumento equivalente, conforme o caso, no prazo e condições estabelecidas;

D) De 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato ou de item do contrato, nesse último caso quando a licitação tenha sido julgada e adjudicada por item,



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

considerando, para fins de cálculo do valor da multa, somente a parcela do contrato ou do item do contrato inadimplida, por dia de atraso no prazo contratual de entrega, limitado a 10% do mesmo valor, por ocorrência;

E) De 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato ou de item do contrato, nesse último caso quando a licitação tenha sido julgada e adjudicada por item, considerando, para fins de cálculo do valor da multa, somente a parcela do contrato ou do item do contrato inadimplida, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea “D” acima, e aplicada em dobro na sua reincidência;

F) De 10% (dez por cento) do valor total do contrato ou de item do contrato, nesse último caso quando a licitação tenha sido julgada e adjudicada por item, considerando, para fins de cálculo do valor da multa, somente a parcela do contrato ou do item do contrato inadimplida, pela recusa em corrigir ou substituir qualquer material rejeitado ou com defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção ou substituição não se efetivar no prazo determinado pela Administração do HC/UFTM, contados da data da comunicação formal da rejeição ou defeito.

10.1.3. Impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante à própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e nas demais cominações legais, nos seguintes casos previstos no Art. 14 do Decreto nº. 3.555/2000, e Art. 7º da Lei nº. 10.520/2002.

10.1.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o HC/UFTM, enquanto durarem os fatos de impedimento, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

10.1.4.1. por desistência da proposta, após ser declarado vencedor, sem motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo agente de licitação: até 90 (noventa) dias;

10.1.4.2. por recusa do adjudicatário em assinar/receber o Contrato, Ordem de Serviço, Ordem de Fornecimento, dentro de até 05 (cinco) dias úteis da data da convocação: até 01 (um) ano;

10.1.4.3. por inexecução total ou parcial injustificada do Contrato/Ordem de Serviço/Ordem de Fornecimento: até 02 (dois) anos.

10.2. À licitante que deixar de apresentar no prazo estabelecido no Edital, os documentos/proposta via “CONVOCA ANEXO” e/ou e-mail, ou em original ou cópia



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

autenticada, será aplicada a sanção de multa correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do(s) item(ns) a que se refere a convocação.

10.2.1. Havendo reincidência nos termos do item 10.2 será aplicada cumulativamente a sanção de impedimento de licitar e contratar com o HC/UFTM, por um período de até 12 meses.

10.3. No processo de aplicação de sanções é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

10.4. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF e, no caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

10.5. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

10.6. As sanções previstas nos subitens 10.1.1, 10.1.3 e 10.1.4 poderão ser aplicadas juntamente com a do subitem 10.1.2.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

Uberaba/MG, 18 de fevereiro de 2019.

Tatiane Rodrigues Bahia Soares
Farmacêutica da Unidade de Abastecimento Farmacêutico
Hospital de Clínicas/UFTM-Filial EBSEH

Débora de Souza Campos
Chefe da Unidade de Abastecimento Farmacêutico
Hospital de Clínicas/UFTM-Filial EBSEH



Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares
Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Divisão Administrativa e Financeira
Setor de Administração
Unidade de Licitação

Autorizo a divulgação da Intenção de Registro de Preços e posterior Registro de Preços para futura aquisição para os itens constantes no PMS nº 56/2019 deste Termo de Referência, em atendimento ao Decreto nº. 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e suas alterações:

Dr. Luiz Antônio Pertili Rodrigues de Resende
Superintendente do HC/UFTM - Filial EBSEH